

A dimensão simbólica do espaço urbano: os monumentos e a memória social de uma cidade planejada

c) O patrimônio e a memória na cidade sul-americana contemporânea

As cidades planejadas que surgiram no final do século XIX e início do século XX, na América Latina, tiveram como característica o planejamento moderno, sustentado nas prerrogativas do urbanismo moderno europeu. Goiânia, cidade planejada no coração do Brasil, décadas antes da criação de Brasília, seguiu a retidão do traço em direção à cidade moderna. Por nascer *ex nihilo*, embora nova capital de Goiás, um estado já consolidado no cenário nacional, carregou consigo imperativos que a acompanhariam até hoje: a de uma cidade sem memória. Mas seria essa a realidade da capital goiana?

Os esforços no sentido de manter viva *uma* memória da cidade, solidificando “lugares de memória” (NORA, 1993), são realizados pelo poder público e pelos diferentes grupos urbanos. Os monumentos materiais móveis, tais como estátuas, bustos, obeliscos, esculturas, entre outros, em geral, encontram-se nas praças, *locus* característico do espaço público, abertas à exposição e interação com a população. Nosso interesse, portanto, objetiva-se centralmente na dimensão simbólica do espaço urbano (LEFEBVRE, 2016).

Para ampliar a compreensão acerca da memória desta cidade planejada, analisamos sua “memória monumental” (FREIRE, 1997), a partir do Monumento ao Bandeirante, fixado no cruzamento de duas das principais avenidas do centro (histórico?) de Goiânia, eixos principais do sistema de transporte da nova capital, lugar de grande fluxo comercial e alta visibilidade. Ademais, a Estátua se localiza dentro do núcleo pioneiro do traçado original da cidade e entre os edifícios (monumentos históricos imóveis) do acervo *art déco*, ambos tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

A Estátua de Bartolomeu Bueno da Silva Filho, essa forma simbólica espacial (CORREA, 2007), doada por acadêmicos da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, no ano do batismo cultural da nova capital, em 1942, preserva-se como patrimônio histórico na Praça do Bandeirante, pela legislação municipal desde 1991. Cabe aqui discutir em que medida este monumento condensa disputas narrativas na construção de uma memória local, em termos de poder simbólico (BOURDIEU, 2001), uma vez que esse “lugar de memória” está aberto às dinâmicas urbanas, aos diferentes grupos cidadãos, e, portanto, está envolvido historicamente numa “guerra de lugares” (ARANTES, 2000), submetido a pichações, intervenções simbólicas, novos usos e apropriações, conflitos de representações e memórias.

Palavras-chaves: Monumento. Memória. Cidade planejada.

Referências:

ARANTES, Antônio Augusto. **Paisagens paulistanas** – transformações do espaço público. São Paulo: Ed Unicamp, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CORREA, Roberto. Uma sistematização da análise de monumentos na geografia. **Terr@ Plural**. Ponta Grossa, Vol. 1, N. 1, jan.-jul., 2007, p. 9-22.

FREIRE, Cristina. **Além dos mapas**: Os monumentos no imaginário urbano contemporâneo. São Paulo: SESC Annablume, 1997.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Editora Centauro, 2016.

NORA, Pierre. Os lugares de Memória: a problemática dos lugares. **Projeto História**. Vol. 10, 1993, p. 7-28.